

A.I. Nº - 206887.0083/04-0
AUTUADO - PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S.A.
AUTUANTE - JOELSON ROCHA SANTANA
ORIGEM - IFMT/NORTE
INTERNET - 24.05.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0153-02/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO, NA PRIMEIRA REPARTIÇÃO DE FRONTEIRA, DO IMPOSTO RELATIVO A MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. O intuito inicial do procedimento foi efetuar o lançamento do imposto devido a título de “antecipação parcial”, figura jurídica que tem contornos diversos dos do instituto da antecipação tributária convencional, pois, na primeira, a antecipação do imposto é feita sem margem de valor adicionado (MVA), ao passo que, na segunda, aplica-se a MVA. Ficou patente, no curso do processo, que o lançamento envolve as duas modalidades de antecipação. Refeitos os cálculos, em face dos equívocos da autuação. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 7/12/04, diz respeito à falta de recolhimento de ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso [neste Estado], relativamente a mercadorias elencadas no Anexo 88 [do RICMS], adquiridas para comercialização, procedentes de outro Estado, por “contribuinte descredenciado” [sic]. Imposto lançado: R\$ 8.910,64. Multa: 60%.

O contribuinte apresentou defesa em que explica as razões que acarretaram o seu descredenciamento do direito de efetuar o pagamento da antecipação parcial até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada de mercadorias no estabelecimento, oriundas de outros Estados, nos termos da Portaria nº 114/04. Demonstra que o fiscal se equivocou no cálculo da antecipação, ao aplicar margem de valor adicionado (MVA). Mostra que o valor correto do imposto devido por antecipação seria R\$ 3.354,68, e não R\$ 8.910,64. Aduz que já providenciou o recolhimento da quantia reconhecida. Juntou documentos.

O fiscal autuante prestou informação, na qual reconhece que incorreu no equívoco apontado pela defesa, ao aplicar a chamada MVA. No entanto, assinala que a defesa também incorreu em erro na elaboração do seu demonstrativo, pois deixou de incluir mercadorias das Notas Fiscais às fls. 9 e 10, além de não aplicar as MVAs aos produtos do Anexo 88 [do RICMS]. Conclui dizendo que concorda em parte com o sujeito passivo, no sentido de que, no tocante às mercadorias que não integram o aludido Anexo 88, cabe tão-somente a antecipação do imposto da diferença de alíquotas (sic), porém, no caso dos produtos resultantes do abate de suínos e de aves congeladas, cabe a aplicação das MVAs de 23% e de 17%, respectivamente. Elaborou novo demonstrativo, reduzindo o valor do imposto para R\$ 7.504,04.

Foi mandado dar ciência ao contribuinte acerca dos novos elementos acostados aos autos pelo fiscal autuante.

O contribuinte manifestou-se dizendo que não incorreu em erro, quer na emissão das Notas Fiscais, quer na defesa. Considera que o fiscal é que se equivocou ao aplicar as MVAs de 17% e 23%

sobre os produtos resultantes do abate de aves e suínos, respectivamente, pois a aplicação daquelas margens de agregação viola o disposto no art. 352-A do RICMS, c/c o art. 353, II, 9.

VOTO

Ao descrever o fato, no Auto de Infração, o fiscal o fez como se se tratasse de falta de recolhimento de ICMS a título de antecipação na repartição de fronteira, relativo a mercadorias enquadradas no Anexo 88 (do RICMS), vindo a ser esclarecido, no curso do processo, que o intuito inicial do procedimento seria, na verdade, efetuar o lançamento do imposto devido a título de “antecipação parcial”, figura jurídica que tem contornos diversos dos do instituto da antecipação tributária convencional.

O fiscal autuante não elaborou – e se elaborou não juntou aos autos – demonstrativo analítico que indicasse quais as Notas Fiscais, quais as mercadorias, quais os valores, quais as margens de valor adicionado aplicadas na determinação da base de cálculo, quais as alíquotas... – enfim, o fiscal deixou de cumprir o preceito do art. 39, IV, do RPAF/99.

Esse vício procedimental pode acarretar cerceamento de defesa.

No caso presente, não deve ter havido cerceamento de defesa, dada a forma segura como o autuado se defendeu, demonstrando perfeito domínio dos aspectos envolvidos na questão.

Ao manifestar-se quanto aos novos elementos aduzidos pelo autuante na informação fiscal, o contribuinte protestou que o fiscal se equivocou ao aplicar as MVAs de 17% e 23% sobre os produtos resultantes do abate de aves e suínos, respectivamente, pois a aplicação daquelas margens de agregação viola o disposto no art. 352-A do RICMS, c/c o art. 353, II, 9.

Apesar da forma incompleta como foi descrito o fato no Auto de Infração, dando a impressão de que a autuação diria respeito unicamente à antecipação tributária convencional, relativamente a mercadorias enquadradas no Anexo 88 do RICMS, ficou patente, no curso do processo, que o lançamento em discussão envolve, também, a chamada “antecipação parcial”.

Os critérios de apuração do imposto nas duas modalidades de antecipação divergem um pouco. Em linhas gerais, a distinção consiste em que, no tocante às mercadorias que não integram o Anexo 88 do RICMS, a antecipação do imposto é feita sem MVA, ao passo que, no caso de mercadorias relacionadas no aludido anexo, aplica-se MVA.

Na defesa, o contribuinte elaborou demonstrativo no qual não foram incluídas mercadorias indicadas em duas Notas Fiscais da Batavo (cópias às fls. 9 e 10). O erro do contribuinte deve-se, acho eu, ao fato de o fiscal não ter elaborado demonstrativo analítico, como deveria ter feito.

Quanto à alegação do autuado de que a aplicação das MVAs de 23% e 17% sobre os produtos resultantes do abate de suínos e aves, respectivamente, violaria o disposto no art. 352-A do RICMS, c/c o art. 353, II, 9, cumpre assinalar que os produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado suíno (codorna, peito de frango, peito de peru, pé e costela de suíno) estão contemplados no item 9 do inciso II do art. 353 do Regulamento do ICMS, sendo prevista a MVA de 23% para os derivados de suíno, de acordo com o item 10.1 do Anexo 88 do mesmo Regulamento, e a MVA de 17% para os derivados do abate de aves, de acordo com o item 32.1 do mesmo Anexo.

Mantenho o débito apurado no demonstrativo à fl. 54, elaborado na informação fiscal, com uma ressalva: embora o fiscal, na informação, desse a entender que estaria reduzindo o débito para R\$ 7.504,04, noto que ele se expressou mal, pois não é esse o valor do imposto devido. R\$ 7.504,04 é, na verdade, o valor que o autuante considerou somando imposto e multa e abatendo o que o contribuinte já pagou. Para evitar que se incorra em erro, em virtude da forma como o autuante elaborou o demonstrativo à fl. 54, friso que o imposto devido neste caso é a soma das parcelas relacionadas na coluna 8ª, ou seja, R\$ 8.065,67 (as duas últimas parcelas foram grafadas com quatro

casas decimais, devendo ser convertidas para duas, com os arredondamentos de praxe), sujeito à multa de 60%. No ato do pagamento, serão deduzidos os valores já pagos.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206887.0083/04-0**, lavrado contra **PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 8.065,67**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologada a quantia já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 5 de maio de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA